

POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES

por Solimar Oliveira Lima¹

Na tarde de 20 de novembro de 1993 surgia, no Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí/UFPI, o Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendências-Ifaradá. O nome Ifaradá, resistência pelo conhecimento em iorubá, remetia ao firme desejo de um grupo de estudantes e professores em reescrever a história da população negra, especialmente a do Piauí. Refletia também a disposição dos pesquisadores, quase todos militantes do movimento negro organizado no estado, em dialogar, a partir da prática científica, com os mais diferentes setores da sociedade.

O Núcleo surgiu como um produto de seu tempo, quando se começava discutir, no Brasil, com maior vigor, um projeto institucional fecundo de propostas e iniciativas voltadas à questão da raça, introduzido pelo espírito neoliberal de FHC e tão bem consolidado no imaginário social nos anos Lula. Nesta concepção pós-moderna de ver o mundo poder-se-ia encontrar possibilidades para o individualismo liberal e os direitos coletivos em uma sociedade reconhecidamente formada por um conjunto de particularidades, com fragmentação dos indivíduos em diferenças e múltiplas identidades. As estruturas públicas voltaram-se a partir de então, com maior ou menor denodo, a buscar a chamada igualdade através de políticas compensatórias ou de ações afirmativas para segmentos socialmente relegados.

Esta compreensão e o debate sobre as diferenças e identidades encontraram nas universidades um espaço privilegiado de produção que refletindo sobre as relações sociais apontaram, desde cedo, para a construção de políticas públicas e comportamentos sociais voltados à redução das desigualdades e fortalecimento de grupos identitários. Cresceram, sobremaneira, posturas no campo das idéias e indicações da necessidade de ruptura, na prática, do princípio norteador da política social brasileira assentado em visões igualitárias tendo como base políticas

gerais para diferentes grupos sociais. Assim, as ações públicas deveriam buscar o respeito às especificidades e diferenças, reconhecendo a pluralidade e heterogeneidade presente na formação e construção do país, visando a justiça e a inclusão social.

A promoção de uma ambiência favorecedora da igualdade racial nas universidades, especialmente as públicas, encontrou nas políticas públicas implantadas pelo governo federal, em particular nas políticas sociais, uma perspectiva de resgate de dívida social para com a população negra. Construir e consolidar experiências exitosas no campo das chamadas ações afirmativas tornou-se desafio para pesquisadores, especialmente negros. Nos últimos anos, as produções resultantes deste engajamento fizeram muitos acreditarem que as ações afirmativas não deveriam ser compreendidas como um esforço isolado e oriundo tão somente da vontade e desejo político do poder central. As proposições de políticas e ações exigiriam a necessidade de tornar-se uma agenda dos segmentos incluídos e da própria sociedade que deveria garantir os avanços específicos como condição a universalização dos direitos sociais e cidadania.

A experiência vivenciada da inclusão via ação afirmativa, em tese, para a população negra, possibilitaria a criação de uma cultura de segurança e autonomia na sociedade. Neste campo, as universidades públicas, como espaços públicos de representação de forças e interesses coletivos, exerceriam uma política conjunta de responsabilidade pública voltada não só a segmentos tradicionalmente excluídos das ações governamentais, mas a um processo de democratização e a inclusão de todos. A criação e consolidação de espaços potenciais de autonomia e dignidade exigiriam, por parte das instituições de ensino, o reconhecimento de agendas conjuntas com a sociedade, e em especial com os segmentos sociais sujeitos das ações.

Neste contexto, a experiência do conhecimento pautada na universalização do saber, na equidade e no empoderamento da sociedade e grupos específicos redesenhariam na universidade pública uma nova cultura pública de responsabilidade social para com a população negra, especialmente com ensino, pesquisa, extensão e políticas de acesso e permanência no ensino superior. Esta construção teórica e prática vem sendo desenvolvida com esmero por Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, os NEABs, presentes em quase todas instituições de ensino superior no Brasil. A construção tornou-se a conduta predominante e como tal dominante no meio acadêmico, empobrecendo o debate e a compreensão da realidade, sobretudo para quem mais precisa enxergar e desvelar as ciladas do pensamento neoliberal cada vez mais presente na academia.

Ajudei a construir esta história, mas confesso, tinha e tenho outro propósito político. Apresentei desde o início uma recusa explícita da proposta de racialização do país. A minha defesa da identidade étnica e de seu fortalecimento não significa dividir em raças a sociedade brasileira para negociar direitos para grupos específicos. Os esforços, por mim empreendidos, para vizibilizar nosso passado e assegurar um futuro diferente para a população negra sempre teve como princípio a efetiva universalização dos direitos sociais mínimos para todos.

Na história que ajudei a construir, como pesquisador e como coordenador por várias gestões do Ifaradá, compreendendo que o movimento por políticas de ações afirmativas e identidades constitui-se em possibilidades e avanços para a redução de materializações negativas para algumas identidades socialmente construídas, mas insuficiente para enfrentamento das desigualdades sociais cotidianamente reproduzidas por um sistema de relações sociais que se nutre da exploração da condição humana e da negação de direitos. A insuficiência das ações afirmativas tem se revelado na sua ineficiência para a nossa emancipação. O caráter limitado e focalizado das ações tem retirado o movimento da centralidade dos acontecimentos na nossa sociedade.

Estamos agindo desconhecendo o entrelaçamento da nossa exclusão com a ordem

material capitalista e sua configuração de poder. Estamos deixando de ser ameaça e reduzindo as chances de superação das desigualdades dada a nossa acentuada segmentação. Estamos cada vez mais específicos, sozinhos e isolados. O nosso trabalho de rejeição das desigualdades, racismo e opressão tem, na verdade, concorrido para estimular a concorrência entre nós, assegurando campos de domínios e falsas solidariedades que nos dividem e enfraquecem como negros e trabalhadores. O convite repassado quando lia o regimento do Ifaradá naquela tarde de sua fundação, não era para a fragmentação e isolamento. Convidava quem tinha força para somar forças e pisar firmes e juntos no terreno da luta de classes no estado para mudar a nossa história.

A sociedade piauiense acostumou-se a conviver com a precariedade das condições de vida de grande parte de sua população, especialmente os considerados pretos e pardos. As estatísticas das desigualdades são constrangedoras. Segundo o IBGE, as populações parda e preta somam 72%. O rendimento médio deste contingente é 1/3 a menos que o da população branca, isto considerando que 52% da população total ocupada percebem até um salário mínimo por mês. A taxa de analfabetismo dos negros é de 68% entre aqueles com mais de 15 anos, os pardos passam apenas cinco anos nas escolas e os pretos, quatro. Os lares negros convivem diariamente com a humilhação da miséria e fome, uma vez que 82% padecem com insegurança alimentar moderada ou grave. Somos pobres e somos negros.

Entre tantos iguais uma lição parece ser necessária a quem encontrou nos estudos a possibilidade de uma vida melhor. Nós, letrados, podemos contribuir com os que ficaram aprisionados ao legado da escravidão. Nossos esforços devem ir além das conquistas pessoais porque têm muitos esperando por nossas ações. Precisamos fortalecer a nossa caminhada, de forma coletiva, acreditando que o futuro nos reserva segurança e autonomia. Começamos, na UFPI, há 15 anos, a tecer este futuro desejado e já conquistado por alguns, com sinceridade e respeito à ciência, escrevendo novas páginas para si e para nós afro-piauienses.

¹ Doutor em História/PUCRS, Professor Adjunto do DECON e dos Mestrados em Políticas Públicas e História do Brasil, pesquisador do IFARÁDÁ.